

em partes diferentes da obra, oscila entre os 1 400 e cerca dos 2 000); e as dimensões da estátua de Rui Nabeiro (p. 90: 2,25m; p. 94: 2,5m). Julgo tratar-se de uma gralha, ao referir-se (p. 122) “uma onça de prata”, quando faria todo o sentido que fosse “uma onça de prática”, a contrapor às “dez toneladas de teoria”. O mesmo se passará com “míssolas”, em vez de mísulas. Por último, tendo nós e os nossos contemporâneos o ensejo de viver em dois séculos (XX e XXI), torna-se ambíguo falar do “nosso século” (p. 112), sem especificar de qual deles se trata.

Jorge CUSTÓDIO, *A Real Fábrica de Vidros de Coina [1719-1747] e o Vidro em Portugal nos Séculos XVII e XVIII. Aspectos históricos, tecnológicos, artísticos e arqueológicos*, Lisboa, Ministério da Cultura/Instituto Português do Património Cultural, 2002, 319 p., ilustrado.

A temática central da presente obra foi analisada com o recurso a diversos tipos de testemunhos e a e a uma perspectiva interdisciplinar, como é recordado na apresentação (de Luís Ferreira Calado), na introdução e ao longo do próprio texto. Com efeito, além da exploração das tradicionais e sempre importantes fontes escritas, não se descaram as materiais – vestígios físicos, resultados das análises físico-químicas das peças, bem como a observação e estudo destas e/ou de seus fragmentos – e a iconografia, tendo sido utilizadas metodologias do âmbito da história económica e social, da arqueologia industrial, da tecnologia e da história da arte (p. 11).

A obra encontra-se estruturada em sete capítulos, os quais se seguem à apresentação e à introdução. Nos primeiros três estudam-se: “A Manufatura de vidros de D. João V. Contribuições histórico-arqueológicas”, “A manufatura de vidro no século XVIII” e os “Fornos de vidro em Portugal precursores de Coina”. Os capítulos fulcrais e mais desenvolvidos são dedicados à “Real Fábrica de Vidros de Coina (1719-1747)” propriamente dita e aos respectivos “Vidros e produtos dos fornos de Coina e suas tipologias”. Os últimos dois tópicos focados são: “A transferência da Real Fábrica de Vidros Cristalinos de Coina para a Marinha Grande (1747-1769)” e as “Continuidades e rupturas”. No final, incluem-se um extenso “Apêndice documental”, uma “Cronologia da

Real Fábrica de Vidros” de Coina, as fontes e a bibliografia e os respectivos índices.

De entre outros assuntos investigados permito-me destacar os relacionados com os seguintes aspectos: condicionalismos e conjunturas; tecnologia, métodos de trabalho e saber-fazer, com destaque para as influências estrangeiras; e produtos, nomeadamente quanto à sua natureza, tipologia e aplicação.

Acerca do primeiro aspecto, o autor salienta, como factores favoráveis à localização da manufatura de vidros em Coina, a existência de três condicionantes indispensáveis: proximidade de boas areias (matéria-prima essencial do vidro) e de madeira, como combustível, para aquecimento dos fornos e experiência técnica ancestral, veiculada por artífices nacionais, da Beira Tejo, e por estrangeiros (p. 20). Como se infere do que se diz noutros locais do trabalho, também a facilidade de transporte –fluvial e marítimo– e o fácil acesso ao mercado da capital constituíram elementos favoráveis à dita instalação.

Relativamente às conjunturas que favoreceram o desenvolvimento da indústria vidreira, ao longo do século XVIII, mencionam-se sobretudo: no que toca ao vidro plano, a construção do Convento de Mafra (edificado em 1722-1732, com o seu número elevado de janelas), a reconstrução de Lisboa no período pós-terramoto de 1755, o aumento da produção de vinho e respectiva utilização de garrafas. O uso destas – que, ao longo de Oitocentos, passaram da sua forma de bolbo de cebola à cilíndrica, que geralmente ainda mantêm – facilitava o transporte e o seu armazenamento.

Quanto à tecnologia e aos métodos de trabalho, assinalam-se duas origens: uma nacional e regional, beneficiando do desenvolvimento das “vidrarias” no Vale do Tejo, nos séculos XVI e XVII; outra estrangeira, proveniente dos centros vidreiros europeus mais famosos, designadamente Veneza, Boémia, França e Inglaterra. Por exemplo, a produção de vidraça pelos vários métodos então conhecidos (de coroa, de manga e moldada), a introdução da técnica de produção do cristal de chumbo e certos modelos de peças atestam as ditas influências. Também os tipos de fornos e o combustível – factor essencial na indústria vidreira, devido à elevada temperatura requerida para a fusão do vidro – merecem o devido destaque.

Os numerosos fragmentos de peças de vidro, exumados no campo arqueológico de Coina, possibilitaram a elaboração de um extenso “Catálogo” da mencionada Real Fábrica de Vidros (p. 307-339), o que permitiu, simultaneamente, alargar o âmbito dos conhecimentos sobre o

assunto. A escassez de vidros de Coina nas colecções museológicas conhecidas, bem como as dúvidas e incertezas quanto à atribuição da proveniência de várias delas têm dificultado o estudo da questão.

Jorge Custódio aprofundou ainda a problemática da gestão na Real Fábrica de Coina, durante o seu período activo (1719-1747) e a estreita ligação da Fábrica de João Beare às origens da Marinha Grande, como centro vidreiro de grande relevância. Efectivamente, como já salientaram Joaquim Correia e outros autores, quando os Stephens arrancaram, em terras marinhenses, com o seu empreendimento que viria a adquirir grande notoriedade e longevidade (1769-1992), fizeram-no não a partir do zero, mas beneficiando dos recursos humanos e tecnológicos anteriores, parte dos quais haviam sido transferidos, por João Beare, de Coina para a Marinha Grande. Assim, sem se pretender tirar mérito aos irmãos Guilherme e Diogo Stephens, tão ligados à história, à memória e ao património marinhenses, é de elementar justiça tirar do esquecimento o seu antecessor, o irlandês João Beare, como tem vindo a ser feito ultimamente.

A fim de que, numa eventual reedição, possam ser evitados alguns lapsos/gralhas, chamo seguidamente a atenção para o que me parece mais relevante. Começando por estas, foram detectadas (entre parêntesis indica-se a forma correcta): “*Metatica*” (p. 30, 45 e 67: *Metallica*); “Postedam” (p. 31: Potsdam); “sócio-profissinais” (p. 47: socioprofissionais); “Academia Portuguesa de História” (p. 77: Academia Portuguesa da História); “lugares chaves” (p. 97: lugares-chave); “*flint glass*” (p. 197: *flint glass*). Alguns lapsos encontram-se em: “o uso de moldes de ferro passou a ser usual ...” (p. 39); “Fidelino de Figueiredo” [este era, sim, o director da revista citada], em vez de Fortunato de Almeida (p. 77 e 149, nota 16); “nota 196” (o número das notas não é tão elevado); “se poderia... fazer-se” (p. 158: em vez de poderia fazer-se); “XVI e XVIII” (p. 238: XVII e XVIII); “Nunes” (p. 249: em vez de Gomes). Por último, na bibliografia falta a indicação dos trabalhos dos autores seguintes, referenciados no texto ou em nota: Georgius Agricola (p. 30, 45 e 67); Martins (p. 227, nota 116); um artigo de minha autoria (p. 266, nota 1), bem como a história da *Santos Barosa* (que elaborei com a colaboração de Manuel Ferreira Rodrigues, embora esta também não tenha sido referenciada anteriormente).

Como é óbvio, o que se acaba de referir não pretende, de modo algum, diminuir a importância da obra em epígrafe. Trata-se, efectivamente, de um excelente contributo para um melhor conhecimento, não só da Real Fábrica de Vidros de Coina, do reinado de

D. João V, como da história do vidro, em Portugal, especialmente nos séculos XVII e XVIII.

Como já sublinhei noutro lugar, só o facto de este trabalho ter vindo a lume, quando a minha *História do Vidro e do Cristal em Portugal* (Lisboa, Edições INAPA, 2002) já se encontrava no prelo e em fase de revisão de provas me impediu de beneficiar, em tempo útil, da sua leitura e de o ter seguido de perto, em alguns dos tópicos nele focados.

Miguel Figueira de FARIA (com colaboração), *Banco Comercial Português. A Primeira Década 1985-1995*, Lisboa, Banco Comercial Português/Edições INAPA, 2001, 371 p.

Analisadas obras dos ramos alimentar e vidreiro, focar-se-á, por último, uma da área financeira, nomeadamente o Banco Comercial Português (BCP). Sublinha-se, a propósito, que tem sido precisamente o sector bancário que, desde os anos de 1960, maior dinamismo tem revelado no que concerne à respectiva história empresarial. O número relativamente elevado de trabalhos publicados – embora, obviamente, de nível e valor desiguais – comprova-o plenamente.

A obra em epígrafe abre com «Uma mensagem ao leitor», do presidente do Grupo, Jorge Jardim Gonçalves, ao que se seguem «Palavras prévias» do autor, Manuel Figueira de Faria. Sucedem-se, depois: a introdução, nove capítulos, uma conclusão, um longo apêndice documental (p. 277-360), a lista das personalidades entrevistadas e um índice remissivo.

Acerca dos objectivos da iniciativa, esclarece Jardim Gonçalves: «desenvolver a publicação de um livro que deveria fixar a memória dos dez primeiros anos da vida do banco e do grupo nele centrado», acrescentando: «Este livro deveria ser o primeiro de uma série a produzir por cada decénio da existência do BCP. O interesse da iniciativa era marcadamente histórico e documental e a sua importância poderia ser aferida imaginando o valor que hoje teria uma colecção de quinze volumes, escritos por autores coevos, sobre a vida e a actividade de algumas das mais antigas instituições de crédito que, como se sabe, foram criadas a partir de meados do século XIX» (p. 7).

Embora o trabalho em apreço não tenha sido assim estruturado, o texto poderia dividir-se em duas partes: na primeira, de enquadramento,